

Fuga ao Dever

Vigiar o orçamento público em nome da sociedade é uma das mais fortes razões da existência do Congresso. O Parlamento surgiu e se firmou na Inglaterra para a sociedade segurar o braço tributário do Rei e evitar que o excesso de gastos resultasse em mais impostos. A teoria econômica de David Ricardo, um dos pais do capitalismo, centrava-se no começo do século 19 no rigor entre despesa e receita.

Adam Smith, mais liberal, proclamou a partir da segunda metade do século passado a insubstituível austeridade do Estado para as forças do setor privado poderem atuar com eficiência em benefício de toda a sociedade. Para vencer a Grande Depressão dos anos 30, Lord Maynard Keynes desenvolveu (e provou) a teoria de que o Estado seria capaz de fomentar o crescimento econômico, através do aumento de seus gastos sociais e de infra-estrutura, sem causar maiores problemas.

Infelizmente, as teorias de Keynes não foram seguidas, com o rigor do mestre, pelos que se intitulavam seus discípulos. Os Estados, nos mais diversos regimes e regiões, acabaram tentados a gastar sempre mais do que permitiam as receitas, recorrendo ao endividamento público ou à simples emissão monetária, gerando inflação.

A teoria mais recente em orçamentos públicos (de Robert Barro, de Harvard) não apenas retorna ao conservadorismo, como condena as tentativas de reequilibrar os orçamentos através do aumento de impostos. Barro sustenta que, como a riqueza nacional em disputa pelas forças da sociedade continua praticamente a mesma, o aumento de impostos provoca uma acomodação que sempre se traduz em imediato repique da inflação.

Seria conveniente e oportuno que os nossos políticos e economistas estudassem a fundo a teoria orçamentária. Infelizmente, para os cidadãos brasileiros, os governos em todos os níveis da administração) e os políticos se comportam como os monarcas ingleses de antes da Magna Carta, que ganhou o seu texto definitivo em 1225. Agora

mesmo, o governo Collor, no louvável esforço de policiar seus gastos apela no entanto para a fórmula inflacionária de aumentar impostos, como a alternativa de mais fácil alcance para reequilibrar o orçamento.

O Congresso recuperou na Constituição de 1988 a prerrogativa de legislar sobre matéria orçamentária. Mas, a verdade é que ainda não ganhou consciência no país a necessidade da vigilância permanente sobre os gastos públicos. Essa pregação fizeram por toda a vida dois expoentes do pensamento econômico brasileiro: Eugênio Gudin e Octávio Gouvêa de Bulhões. Sem maior adesão, porém.

A teoria de Keynes (um dos mestres de Bulhões) foi distorcida no Brasil e na América Latina por influência da escola cepalina, que inspirou a tese do desenvolvimentismo dos anos 50 com base na expansão dos gastos do Estado. O cidadão que não entende nem quer saber dessas teorias tem apenas uma certeza: cada vez que os governos gastam além da receita, a conta acaba paga pelo seu bolso — através do aumento dos impostos, ou do mais injusto confisco, que é a inflação.

Já era tempo, portanto, de que o Congresso fizesse jus à recuperação das suas prerrogativas e dedicar a devida atenção ao exame anual do Orçamento da União, compatibilizando as despesas com as receitas. Na República Velha, essa era a tarefa mais importante dos deputados e senadores que se deslocavam de seus estados para o Rio, para a função precípua de votar o Orçamento.

O atual Congresso vai para casa votando de afogadilho, por voto de liderança, o Orçamento da União para 1991. O relativo descaso no exame da peça orçamentária que vai definir a velocidade do déficit público, da inflação e do crescimento econômico no próximo ano, desabona aqueles que fizeram a Constituição. A esperança dos brasileiros é que o novo Congresso que começa a atuar em fevereiro não fuja ao dever de vigiar o orçamento em nome da sociedade que o elegeu.